

**CUSTO SOCIAL DO DESMATAMENTO NOS BIOMAS BRASILEIROS****Jessica Suarez Campoli**

Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diset/Ipea). *E-mail*: <jessica.campoli@usp.br>.

**Matheus Stivali**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diset/Ipea. *E-mail*: <matheus.stivali@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2842>

Este trabalho tem como objetivo consolidar as estimativas de valoração econômica da cobertura vegetal dos diferentes biomas brasileiros existentes na literatura. No contexto de análise de custo-benefício, isso é importante para avaliar adequadamente qual é a melhor escolha para a sociedade quando um projeto de investimento afetar a cobertura vegetal. Ao avaliar o projeto de uma nova estrada, por exemplo, pode-se concluir que os ganhos que seriam produzidos não superariam a perda para a sociedade da remoção da mata nativa. Alternativamente, a valoração da cobertura vegetal pode servir de base para políticas de pagamento por serviços ambientais, isto é, para a remuneração por se evitar o desmatamento.

Para tanto, se realizou uma revisão sistemática da literatura identificando os valores estimados pelo método do valor econômico total (VET) para cada bioma brasileiro. O VET consiste em uma estratégia de contabilizar as diferentes fontes de valor atribuídas ao recurso natural. Uma primeira abertura do VET é entre valor de uso e valor de não uso, com essas categorias também sendo subdivididas. O valor de uso é subdividido em: valor de uso direto, valor de uso indireto e valor de opção. O valor de uso direto corresponde ao valor obtido do consumo do recurso ou de sua participação direta na atividade econômica. No caso da cobertura vegetal, esse valor abrangeria o valor da madeira extraída e comercializada, o valor decorrente de outras atividades extrativistas (por exemplo, coleta e comercialização de frutas) e o valor decorrente de serviços que só existem por conta da mata, como turismo e recreação. O valor de não uso é de definição mais abstrata e corresponde ao valor atribuído pela sociedade à simples existência e manutenção do recurso natural,

não sendo relacionada a consumo ou uso por quem atribui esse valor. O valor de não uso pode também ser subdividido em três categorias, mas as fronteiras entre essas são pouco claras.

Para os casos em que não foram identificadas na literatura estimativas específicas (Cerrado e Pampa), foram estimados preços seguindo metodologia comum à literatura, agregando custos atribuídos aos componentes do VET em biomas genéricos que se aproximassem dos estudados. Para os biomas em que existiam estimativas, consolidou-se um intervalo para a valoração econômica de cada bioma brasileiro, em US\$ por hectare (US\$/ha) a preços de 2020. Esse exercício resultou em um intervalo de valores para a Amazônia (655,20-5.238,33), o Cerrado (426,02-4.795,07), a Mata Atlântica (3.504,41-6.565,24), a Caatinga (3.239,81-3.505,97), o Pampa (426,02-4.795,07) e o Pantanal (9.830,52-10.196,17), em US\$/ha. A consolidação das valorações, além de subsidiar políticas governamentais e estratégias da agenda ambiental, pode contribuir para promover um aprimoramento das tomadas de decisão, de modo a destacar o custo implícito dos danos aos diferentes biomas.

Ao se atribuir a um bem ou serviço ecossistêmico uma expressão monetária, é possível se promover o entendimento e a amplitude de oportunidades econômicas, ambientais e sociais, inclusive direcionadas à preservação ambiental. Essas estimativas visam dar maior peso à cobertura vegetal nas avaliações de políticas públicas e, assim, aumentar a proteção ambiental.

A implantação de medidas para conter a perda da cobertura vegetal dos biomas brasileiros deriva, em grande parte, do valor intrínseco ou existencial,

# SUMEX

e não apenas de seu valor utilitário, como proposto neste estudo. Além disso, devido à rápida deterioração de alguns biomas, como Amazônia e Cerrado, se faz importante o desenvolvimento de estudos de valoração ambiental detalhados para se elaborarem ações com a finalidade de conter o desmatamento.

Nesse sentido, a consolidação dos custos sociais do desmatamento para os biomas brasileiros pode subsidiar projetos governamentais e estratégias da agenda ambiental, além de promover um aprimoramento da tomada de decisão em relação ao impacto de projetos de infraestrutura.